

Os tempos e os “desencantamentos” da história: uma análise do romance O som do rugido da onça (2021), de Micheline Verunschik

 /tempoeargumento

 @tempoeargumento

 @tempoeargumento


 **Renata Dal Sasso Freitas**

Universidade Federal do Pampa
Jaguarão, RS – BRASIL

lattes.cnpq.br/1522751206827475

renatadsf@gmail.com

 orcid.org/0000-0002-1543-2274

 <http://dx.doi.org/10.5965/2175180317452025e0201>

Recebido: 31/01/2024

Aprovado: 17/06/2025

Editor Responsável:

João Júlio Gomes dos Santos Júnior
Universidade do Estado de Santa Catarina
orcid.org/0000-0003-2627-5558



Os tempos e os “desencantamentos” da história: uma análise do romance *O som do rugido da onça* (2021), de Micheline Verunschck

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o romance *O som do rugido da onça*, da escritora brasileira Micheline Verunschck, publicado em 2021, à luz das provocações que faz à historiografia e à literatura brasileiras, assim como à formação de seus cânones tais como estabelecidos desde o século XIX. O romance tem como premissa recriar a história da menina indígena da etnia miranha levada a Munique pelos naturalistas bávaros Carl Phillip von Martius e Johann Baptist von Spix depois de sua expedição ao Brasil entre 1817 e 1820. Martius, mais tarde, foi seminal para constituir uma forma de se narrar a história do Brasil, vencendo, décadas mais tarde, um concurso do Instituto Histórico e Geográfico Brasil com a dissertação intitulada *Como se deve escrever a história do Brasil* (1843). Pretendo aqui explorar os questionamentos que a obra de Verunschck coloca a esse episódio da historiografia brasileira, assim como à formação do subcampo da Teoria da História no Brasil nas últimas décadas.

Palavras-chave: literatura brasileira; campo historiográfico; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Time and the “disenchantments” of history: an analysis of the novel *O som do rugido da onça* (2021), by Micheline Verunschck

Abstract

The purpose of this article is to analyze the novel *O som do rugido da onça*, by Brazilian writer Micheline Verunschck, published in 2021, in light of the provocations it aims at Brazilian historiography and literature, as well as the formation of their canons, as established in the nineteenth century. The novel has as premise recreating the story of the indigenous girl of the miranha people taken to Munich by Bavarian naturalists Carl Phillip von Martius and Johann Baptist von Spix after their expedition in Brazil between 1817 and 1820. Later, Martius was seminal to constitute a manner of narrating the history of Brazil, by winning, decades afterwards, a competition of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) with the dissertation titled *Como se deve escrever a história do Brasil* (1843). I aim here to explore the questions posed by Verunschck's work to this episode of Brazilian historiography as well as to the formation of the subfield of Theory of History in Brazil which took place in the last decades.

Keywords: Brazilian literature; historiographical field; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Introdução

O romance *O som do rugido da onça*, de Micheline Verunschck, de 2021, é um exemplo de obra literária — entre outros produtos culturais — relacionado à conjuntura brasileira das primeiras décadas do século XXI, marcada pela abertura a novos sujeitos políticos e históricos. Em um momento que o mercado editorial e o âmbito acadêmico brasileiros buscaram contemplar demandas de minorias étnicas e de gênero, a obra reflete as reivindicações desses grupos em serem vistos como sujeitos da História, tanto no que diz respeito ao reconhecimento de suas memórias quanto na escrita historiográfica. Esse movimento resultou em questionamentos às áreas das humanidades e das artes vinculados, grosso modo, às chamadas teorias pós e decoloniais desenvolvidas ao longo do século XX, apesar de suas discordâncias (Bhambra, 2014).

Dessa forma, o objetivo deste ensaio é analisar o romance à luz das aparentes provocações que faz à historiografia e à literatura brasileiras e como vem ao encontro de reflexões recentes do campo da Teoria da História no Brasil, no que tange à formação de seus cânones tais como estabelecidos desde o século XIX.

Parte do enredo de *O som do rugido da onça* conta com o intento de se escrever a partir do ponto de vista de uma menina indígena da etnia miranha levada a Munique pelos naturalistas bávaros Carl Philipp von Martius e Johann Baptist von Spix depois de sua expedição ao Brasil entre 1817 e 1820. Tanto a menina, no livro chamada Iñe-e, como outro indígena jovem da etnia juri, faleceram logo depois de sua chegada à Europa e lá foram sepultados. Com base nos relatos de Martius e Spix acerca das crianças, Verunschck tenta reconstruir suas vidas “emprestando” a Iñe-e sua língua e sua voz literária (Verunschck, 2021, p. 15).

O livro está organizado em três partes divididas em capítulos curtos e conta com um anexo no qual a autora explica algumas das referências que orientam o que ela chama de “construção da maloca” (Verunschck, 2021, p. 157): os diários de Martius, narrativas dos povos miranha, juri e yanomami, além de outros textos do século XIX. Ademais, a autora indica o uso de palavras inventadas por ela mesma e vocábulos do nheengatu e dos idiomas miranha e júri, o que coloca, a meu ver,

a obra inserida na tradição de apropriação da linguagem indígena para representação, vinculada ao indianismo oitocentista. Também aparecem epígrafes de autores indígenas como Davi Kopenawa e Ailton Krenak, mostrando que a maior difusão desses autores no *mainstream* literário informa sua proposta poética.

No romance, entremeada à narrativa sobre a expedição de Martius e o sequestro de Iñe-e e seu companheiro, está a história de Josefa, migrante paraense que vive em São Paulo. Essa parte do relato se pretende, a meu ver, como expressão da emergência ou repetição do passado no presente, apontar os limites que sujeitos como Iñe-e tiveram e têm de representação no mundo e na História, e que são até hoje um desafio ao entendimento da história nacional através de categorias bem definidas de passado, presente e futuro.

O som do rugido da onça faz, portanto, uma intervenção no custo humano — nos usos dos corpos e das vozes, como quis a teórica literária argentina Josefina Ludmer (2011) — por trás do estabelecimento das disciplinas científicas na Europa e no Brasil, ademais da escrita historiográfica e literária brasileira no século XIX. Centralizadas a partir de 1838 no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), estas últimas foram norteadas principalmente pelos debates em torno da “questão indígena”, isto é, o lugar desses sujeitos na temporalidade da humanidade — entendida como universal — e a viabilidade ou não de sua integração a um projeto de nação moderna.

O texto de Verunschik também deriva sua provocação à história da já mencionada crescente visibilidade conferida às narrativas indígenas no Brasil com autores como Ailton Krenak e Davi Kopenawa, o que se reflete tanto na esfera acadêmica brasileira como no debate público envolvendo os indígenas e as questões ambientais. Entendo também o romance como sendo devedor da formação de círculos de escritores indígenas que ocupam o âmbito acadêmico brasileiro, como Cristino Wapichana e Graça Graúna.

Como já mencionado, considerando que as histórias da menina miranha e de seu companheiro até recentemente¹ não haviam sido mencionadas em trabalhos sobre Martius no Brasil, o romance de Verunschck me fez pensar na reemergência de Iñe-e no presente e de seu aparecimento coincidir com reflexões, dentro do campo da história da historiografia com as reflexões de autores como Ana Carolina Barbosa Pereira (2018, 2023), Maria da Glória de Oliveira (2022, 2024) e Guilherme Bianchi (2019). O romance torna evidentes as sombras projetadas por homens como Martius, Francisco Adolfo de Varnhagen, entre outros, que continuam, ainda que hoje questionadas, muitas vezes obscurecendo possibilidades narrativas, temporalidades e autorias outras na história nacional.

Este texto está dividido em duas partes: primeiramente tratarei do papel que Martius teve para a consolidação de um certo tipo de narrativa sobre o Brasil a partir da constituição do IHGB como lugar privilegiado de escrita historiográfica no século XIX; em um segundo momento, passarei a analisar mais detidamente a obra de Verunschck e as inflexões que faz na historiografia e na literatura brasileiras e o lugar que as diferentes subjetividades do país ocupam nesse quadro.

A teoria da história como maloca

Traduzida para o português apenas em 2010, a tese de doutorado de Manoel Luís Salgado Guimarães, de 1989, é considerada um marco dentro da constituição do campo da história da historiografia brasileira. Ali, Salgado Guimarães busca demonstrar como o exercício da escrita da história no Brasil, a partir do IHGB, à maneira dos países europeus no rescaldo da Revolução Francesa e das Guerras Napoleônicas, foi um poderoso instrumento para a legitimação do Estado-nacional tanto no Velho quanto no Novo Mundo (Guimarães, 2011). O trabalho explora como o IHGB, seus membros e sua atuação estavam entrelaçados com as políticas públicas do Brasil imperial, de maneira a promover a coesão institucional e narrativa externa e interna da nação, neste último caso mais notadamente em relação aos indígenas.

¹ O episódio foi recentemente mencionado em TURIN, Rodrigo. *Martius, Carl Friedrich Phillip von*. In: OLIVEIRA, Cecília Salles de; PIMENTA, João Paulo (orgs.). *Dicionário da Independência do Brasil: história, memória e historiografia*. São Paulo: EdUSP: BBM, 2022. p. 604-605.

Também relevante para o estabelecimento dessa linha de investigação foi a tese de doutorado de Temístocles Cezar a respeito da trajetória e da obra de Francisco Adolfo de Varnhagen. Em artigo que antecedeu a publicação do trabalho em português, que se deu apenas em 2018, Cezar trata de como o autor da *História geral do Brasil* viveu e trabalhou não só longe de seu país, envolvido em constantes missões de pesquisa em arquivos europeus, como também o fez afastado dos ditames normalmente associados à historiografia oitocentista de imparcialidade do historiador (Cezar, 2007).

O alijamento geográfico, envolvimento pessoal e o resultante não-estar de Varnhagen fazem parte da constituição de uma ideia de história do Brasil que muitas vezes parece estranha a seus próprios sujeitos. Na forma com que se disciplinou e foi vertida aos bancos escolares brasileiros, a muitos essa história parece tão distante como o próprio Varnhagen estava deles quando a escreveu.

A personagem Josefa, de Verunschik, denota esse desajuste:

Em uma noite dessas, [Josefa] sonha consigo mesma cindida em duas, aquela que ora se mira, adulta, parecendo prestes a descobrir algo; e outra, muito criança, chorando sentada no chão de uma sala. No sonho, toma a si mesma nos braços, e o contato das suas duas peles faz com que acorde em uma terceira pele, a da vigília, arrepiada de frio. Pela primeira vez em muito tempo, deseja, então, regressar a Belém, rever a avó, conversar com ela sobre aquela difícil infância que vivera e saber por que o apagamento da herança indígena da família da mãe tinha sido necessário e tão eficaz. O porquê da família paterna, embora de pele branca, ter optado por renegar a própria condição de mestiça (Verunschik, 2021, p. 109).

Essa duplicidade — ver-se “cindida em duas” — remete à noção de “dupla consciência” que Walter Dignolo toma emprestada do historiador afroamericano W. E. Du Bois para analisar “revolucionários” oriundos da elite crioula da América, como Simón Bolívar e Thomas Jefferson (Dignolo, 2005, p. 41). Como diagnóstica Cezar, ela também pode ser percebida em Francisco Adolfo de Varnhagen, na forma de uma cisão parecida:

Ao viajar, ao transpor fronteiras, ele vê a história. Porém sempre com esse olhar distanciado de quem viveu praticamente toda a vida fora do seu país. Estar longe da nação e ter como meta contar sua história; estar longe da nação e ter de consolidar sua nacionalidade como brasileiro, eis o dilema da vida e obra varnhageniana (Cezar, 2007, p. 159).

É necessário, no entanto, afirmar que o próprio contexto que alimenta as problematizações suscitadas por *O som do rugido da onça*, isto é, a intensificação do questionamento de quem faz e *como* se faz história no Brasil, no sentido duplo do significado do conceito associado à sua forma moderna (Koselleck, 2013), foi um dos efeitos das transformações nas universidades brasileiras nas primeiras décadas dos anos 2000. Políticas públicas de expansão do sistema universitário e do acesso ao ensino superior, seja através de programas de ações afirmativas nas universidades públicas, seja do financiamento de estudantes de baixa renda em instituições privadas, não só deram emprego a muitos dos historiadores formados nessa subárea, como também financiaram sua expansão e estabelecimento junto a diferentes lugares institucionais.

Estruturalmente, as leis 3.369/2003 e 11.475/2008 foram mais transformadoras, ao tornar obrigatórios os ensinamentos de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas escolas e universidades. Isso causou uma revisão dos currículos e dos quadros docentes dos cursos de história, para além das linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação, de modo a incluir essas temáticas. As ações afirmativas abarcando cotas para estudantes negros e indígenas, no caso dos cursos de história, foram epistemologicamente desestabilizadoras para muitos docentes, que sentiram que, de repente, os programas e até mesmo os nomes das disciplinas nas matrizes curriculares dos cursos de graduação pareciam inadequados (Rodrigues; Schmidt, 2017).

Nesse mesmo sentido, Ana Carolina Barbosa Pereira inquiriu, a partir da categoria de “lugar epistêmico”, o ensino da Teoria da História no Brasil a partir de referentes do Norte Global quando desde meados do século XX há uma tradição nas ciências humanas de se questionar não só a dimensão física da violência dos processos de colonização, mas também a epistêmica, a partir dos paradigmas pós e decoloniais e das chamadas teorias do Sul. Como aponta a autora, o campo da Teoria da História em formação no Brasil até muito recentemente sequer engajava com essa literatura (Pereira, 2018).

Essas questões já estão presentes na tese de doutorado de Barbosa Pereira (2013), na qual busca tensionar a noção de tempo histórico dentro da tradição alemã — a partir de autores como Reinhart Koselleck e Jörn Rüsen — com a

etnografia e com noções de identidade, diferença e tempo. A autora recentemente também buscou “redimensionar” a *Historik* de Rüsen no contexto brasileiro a partir das ideias de corpo e incorporação como metáforas da alimentação, tais como propostas por Jacques Derrida, e da prática de uma bulimia ideológica, como sugere Eduardo Viveiros de Castro (Pereira, 2023).

No primeiro artigo citado, Pereira intervém no que diz respeito a um aspecto da consolidação da subárea de Teoria da História no mercado editorial acadêmico brasileiro: a publicação de coleções de textos de historiadores canônicos, da Antiguidade até o presente, como forma de ampliar a circulação e instrumentalização de docentes e pesquisadores, até mesmo almejando, conscientemente ou não, uma forma de uniformização do campo. Para além de estabelecer hierarquias (no caso de uma coleção específica, os “historiadores clássicos brasileiros” contam com um volume à parte), a autora identifica outro problema:

A formulação dessa lista de notáveis historiadores fundacionais da disciplina histórica, embora costume vir acompanhada de uma análise das condições políticas em que se encontravam os autores quando escreviam, pouco se referem à realidade exterior às fronteiras do continente europeu. Costuma-se, isso sim, referenciar o historicismo como parte do processo de unificação tardia da Alemanha e da tentativa de garantir os interesses germânicos na Europa, ou o desenvolvimento da escola metódica francesa como desdobramento da guerra franco-prussiana. Dificilmente, contudo, há qualquer menção sobre o cenário de disputas entre as potências europeias, consolidadas ou em processo de consolidação, por novos domínios coloniais, com destaque para o que ocorria nos domínios coloniais (Pereira, 2018, p. 100).

De certa forma, mesmo no caso brasileiro, embora se faça menção ao posicionamento dos membros do IHGB em relação à escravidão e à questão indígena, apoiados na noção de “lugar social” da já clássica “operação historiográfica”, de Michel de Certeau (1982), até recentemente pouco se debateu esse mesmo lugar enquanto fonte de epistemicídio. Em seu artigo, Pereira mobiliza a mais ampla denominação de lugar epistêmico justamente porque não só evidencia o sucesso da epistemologia ocidental ao se impor a seus subalternizados, mas também a necessidade de, quando apropriada por esses

sujeitos, estar aliada a um compromisso ético-político contra-hegemônico (Pereira, 2018, p. 96-97).

No caso brasileiro, o *impeachment* de Dilma Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro fizeram com que muitos historiadores voltassem suas atenções subitamente ao presente, principalmente no campo da Teoria da História, impulsionados pela necessidade de debater a democracia e a redemocratização do país, assim como combater movimentos reacionários que travaram “batalhas” por certo tipo de história. Repensar os limites da disciplina para defendê-los do negacionismo para abarcar novos sujeitos, mesmo indisciplinando-a, tornou-se um imperativo (Avila, 2021).

Nesse sentido, se faz pertinente a interpelação de Allan Kardec Pereira em torno da ideia de “história indisciplinada”. Na mesma linha de Ana Carolina Pereira, o autor provoca o fato de que a Teoria da História no Brasil ignorou até recentemente formulações de autoras afrodescendentes como as de Hortense Spillers e de Saidiya Hartman a respeito do acesso, pela via do arquivo e do patrimônio material, à experiência dos sujeitos afrodiaspóricos (Pereira, 2021). O mesmo pode ser dito para a gradual recuperação da atuação da já citada Maria Beatriz Nascimento como historiadora nas últimas duas décadas. Trabalhos como os de Guilherme Bianchi (2019) sobre os arquivos históricos e a diferença indígena, e o de Eduardo Ferraz e Francisco Gouveia de Souza (2023), passaram a explorar os limites físicos da evidência de certos sujeitos e da representação de suas experiências no que é considerado ainda, no que tange a história social, o principal instrumento de trabalho do historiador.

Dessa forma, chego ao romance de Micheliny Verunschik, ela mesma graduada e especialista em História, mas com trajetória acadêmica na área da Literatura e da Comunicação. Ao tomar a expedição de Martius como ponto de partida e a trajetória de Iñe-e espelhada na personagem contemporânea Josefa, há o intento pela via literária de representar o irrepresentável pelas lacunas causadas não apenas pelo extermínio de pessoas como sua protagonista, mas também pelo “lado obscuro” da modernidade (Mignolo, 2011), que inclui aí o desenvolvimento das técnicas, métodos e critérios do que chamamos ciência,

seja histórica, seja etnográfica, com o uso dos corpos daqueles que essas disciplinas querem como alteridade.

De maneira reveladora, *O som do rugido da onça* começa descrevendo um processo de taxidermia, chamado aqui de *desencantamento*, no qual “morrer era só uma parte muito pequena daquilo tudo” (Verunschik, 2021, p. 12). A descrição de um animal sendo empalhado pelo olhar de Iñe-e nos lembra que Martius, antes de escrever sobre história, era um naturalista com formação na Universidade de Erlangen e autor de uma tese a respeito da catalogação de plantas tendo por base os critérios taxonômicos criados pelo sueco Carl Linnaeus, autor do *Systema Naturae*, de 1758. Esses dados aparecem, muitas vezes, apenas lateralmente mencionados nas abordagens do texto que, mais do que seus tratados sobre espécimes botânicos coletados no país, projetou sobre o Brasil uma ideia de si mesmo: a monografia intitulada *Como se deve escrever a história do Brasil*, oferecida ao IHGB em 1843.

Como principal legado deste texto para a interpretação da história do Brasil desenvolvida pelo IHGB no século XIX, está a remissão de Martius à “teoria das raças”, em voga na Europa nas décadas que sucederam a Revolução Francesa para legitimar os Estados-nacionais, como aponta Armelle Enders (2014, p. 130-131). Essa tópica também aparece na literatura britânica em um período que compreende o processo revolucionário francês e o desfecho das Guerras Napoleônicas, mais notadamente no caso de Sir Walter Scott. Scott recorreu ao mesmo procedimento para inserir a Escócia em um Reino Unido moderno e capitalista, tratando de reconfigurar os “primitivos” *highlanders* católicos que resistiram à Revolução Gloriosa de 1688, e projetando para o medievo, com *Ivanhoe* (1820), o amálgama de etnias formadoras do Reino Unido (Lee, 1997).

As obras de Walter Scott foram paradigmáticas para a consolidação não apenas de uma ideia de história, mas também do que se convencionou chamar “romance histórico”. A apropriação das narrativas de Scott — menos *Ivanhoe*, que trata das heranças saxônicas e normandas da Inglaterra, do que *Waverley* (1814) ou *Rob Roy* (1817) — colaborou aos propósitos de conciliação étnica e de diferentes setores políticos da sociedade que via incidentes como o Massacre de Peterloo, em Manchester, em 1819, ameaçar as costuras da ordem monárquica.

No caso brasileiro, o projeto contra-revolucionário foi colocado em prática de maneira mais aguda. O IHGB surgiu em 1838, ano em que três levantes contra o Império estavam em andamento: a Farroupilha no Rio Grande do Sul, a Balaiada no Maranhão, e a Sabinada, na Bahia, posterior ao Levante dos Malês de 1835.

Os anos, portanto, em que Martius redige sua dissertação, duas décadas depois de voltar à Alemanha, foram de potencial fragmentação do território brasileiro através de reivindicações por regimes republicanos em suas províncias, que os letrados do IHGB defendiam politicamente como tendo de ser não só territorialmente contíguo, como também um prolongamento da civilização europeia na América. Isso pedia uma monarquia em contraste às experiências republicanas do continente. Considerando as intervenções nos territórios vizinhos nas décadas seguintes, a ideia de uma história do Brasil como desdobramento da história de Portugal parece ter esse mesmo efeito político. Em termos raciais, para tratar do “destino do Brasil”, Martius usou como figura de linguagem a metáfora de um rio de sangue português que deveria assimilar os afluentes mais fracos de sangue indígena e africano (Martius, 2005, p. 65).

Manoel Salgado Guimarães estabelece uma filiação entre a viagem e a produção dos naturalistas a partir delas, tanto na forma de textos quanto na forma de representações artísticas, e

[...] uma tradição que remonta à cultura ilustrada do XVIII, mais particularmente na sua segunda metade; a forma de conceber e construir seu relato, onde o narrador se faz presente a cada momento, como que convidando seu leitor a participar desta viagem, integrando-o numa relação em que a leitura é parte constitutiva do próprio texto, parece apontar no sentido de uma moderna narrativa. Von Martius é capaz de organizar seu relato produzindo as noções de sequencialidade e simultaneidade dos fenômenos que observa, organizando um quadro para seu leitor, em que todas as peças do quebra-cabeça parecem encaixar-se (Guimarães, 2000).

Esse procedimento, de acordo com o autor, responde à surpresa e desorientação causadas em europeus como Martius quando deparados à realidade do Brasil a princípios do século XIX, geradora de ruídos em sua capacidade de representação do real. Aqui cabe citar o ensaio de Rodrigo Naves sobre os efeitos que a paisagem urbana do Rio de Janeiro, atravessada pela escravidão, teve no estilo artístico de Jean Baptiste Debret que, amparado em

fórmulas neoclássicas, se viu obrigado a buscar novas formas para representar o que via (Naves, 1996). Também podemos associar a reação de Martius ao Brasil e em especial aos indígenas à fissura temporal e textual causada pela chegada à América na visão de mundo europeia no princípio do que chamamos de modernidade.

No romance, as gravuras de Debret e as de expedição de Martius representando indígenas como “parte da fauna” brasileira integram uma exposição visitada por Josefa e que lhe prometia “cinco séculos de história do país sob recorte curatorial esmerado” (Verunschik, 2021, p. 87). Logo ao adentrar um dos espaços, Josefa “[...] sente, de repente, uma opressão no peito. Nas gravuras, os rostos dos índios parecem todos olhar para ela, como se estivessem vivos, ou melhor, como se fossem fantasmas espantosamente nítidos a perscrutando [...]” (Verunschik, 2021, p. 89) e a descrição das imagens “[...] sem nenhum adorno, sem nenhuma vergonha em naturalizar a barbárie, as palavras do curador, a desnorteiam” (Verunschik, 2021, p. 89).

François Hartog explicita como os ameríndios perturbaram o binômio temporal “antigos e modernos”, antes configurado em termos tão somente entre “mais velhos” e “mais jovens” e, a partir da alta Idade Média, estabelecida com a oposição do presente em relação ao que chamamos Antiguidade clássica. Essa oposição, diferente daquela entre gregos e bárbaros ou cristãos e pagãos,

[...] traduz, para uma cultura, uma das formas de sua relação com o tempo, uma maneira de redistribuir o passado, próximo ou distante, de conceder-lhe um lugar sem lhe ceder todo o espaço. As ‘querelas’ são respostas (inevitavelmente sobre o modo do *quiproquó*) a momentos de crise e de conflito. Nos casos mais graves, uma representação do mundo no qual vivemos desmorona, desaba ou tomba, e ainda não se vê, não se sabe ainda dizer o que se passa, quer se busque apressar a vinda ou, ao contrário, retardar sua emergência, quer a esperemos ou quer a recebemos (Hartog, 2021, p. 31).

A chegada à América impôs que esses termos fossem revistos, com a abertura de uma crise de certa forma até hoje não resolvida. A linearidade imposta pela filosofia da história na qual a história assentou-se como campo autônomo no oitocentos não dava conta da experiência desses sujeitos e de seu lugar no

mundo. Como assinala Salgado Guimarães, essa é uma das principais preocupações de Martius ante os ameríndios.

Faltavam-lhes ainda meios de expressão capazes de articular o passado a um presente, levando von Martius a afirmar que faltava-lhes, no conjunto, articulação (*Zusammenhang*), entendida como a capacidade de organizar o pensamento segundo princípios de causa e efeito. Incapacidade, em suma, de definir uma origem segundo as exigências de uma história herdeira das tradições das Luzes e fixada como disciplina no século XIX. Ao faltar-lhes história, faltava-lhes, segundo von Martius, a medida do exemplo — a história como mestra na formulação clássica ciceroniana! — e portanto a força para as realizações mais nobres do espírito. Se faltava-lhes história como lembrança das realizações do passado, careciam ainda daquilo que poderia fazê-los no futuro capazes de ter história: a força para as realizações do espírito. Sem passado e sem futuro pareciam condenados a um eterno presente, incapazes assim de preencher as exigências de uma historicidade pensada como articulação de uma tripla temporalidade: passado, presente e futuro. Por este procedimento indicava von Martius pistas importantes para a elucidação das origens da história brasileira: dificilmente ela poderia ser localizada entre estas populações (Guimarães, 2000).

Em uma citação recuperada por Salgado Guimarães, Martius explicitamente afirma que os indígenas estão em um estágio infantil, ou seja, ainda são passíveis de serem civilizados e, portanto, inscritos na História. Provavelmente essa tenha sido a motivação do pedido dos naturalistas bávaros ao indígena tuxaua batizado João Manoel, um traficante de escravizados, no Porto dos Miranhas, de obterem-lhes crianças indígenas junto com outros cativos (Schönitzer, 2015, p. 85-86). No romance de Verunschik, João Manoel é convertido no pai de Iñe-e, que entrega sua própria filha aos brancos.

O IHGB também teve entre seus quadros alguns dos literatos que mais tarde configurariam o cânone literário nacional. Domingos José Gonçalves de Magalhães, Antônio Gonçalves Dias e Joaquim Manoel de Macedo atuaram não apenas como autores de poesia e prosa, respectivamente, mas também como professores de história, ativos na escrita de monografias historiográficas publicadas em sua revista. Os dois primeiros formam parte depois do que se aglutinou heurísticamente nos estudos literários sob o termo “indianismo”, isto é, o uso do indígena e de suas línguas — principalmente alocados ao passado — como matéria-prima de uma produção letrada autenticamente nacional, ao qual, Varnhagen, por exemplo, era veementemente contrário.

Eis, portanto, a importância de considerar a transformação de sujeitos indígenas em objetos quando “fora” dos textos produzidos por esses letrados. Segundo Cezar, foi o encontro de Varnhagen com indígenas em uma viagem pelo interior de São Paulo que deu o tom de sua polêmica com o letrado João Francisco de Lisboa a respeito das populações originárias brasileiras (Cezar, 2007, p. 168).

Em que pese a oposição de alguns, as propostas do chamado “indigenismo romântico” transbordaram o âmbito institucional do IHGB e foram parar nos folhetins publicados por José de Alencar que, em 1856, redigiu uma série de cartas sob o pseudônimo Ig, publicadas no *Diário do Rio de Janeiro*, criticando o poema épico *A confederação dos tamoios* de Magalhães, sobretudo pela forma e por sua representação dos modos de expressão indígena (Alencar, 1856). Em 1857, o mesmo espaço do jornal foi ocupado pelo romance *O guarani*, amparado com notas de rodapé por fontes publicadas pelo IHGB e pela própria *História geral do Brasil* de Varnhagen.

Fazer os indígenas falarem e, principalmente, tomar sua língua foi uma das principais ambições desses letrados. Na forma do romance talvez tenha sido mais eficientemente empregado em *Iracema*, de Alencar, de 1865. O projeto indianista foi abandonado no final do século XIX, caracterizado por um sentido comum criado pela história da literatura do Brasil do século XX de representação idealizada da população originária local e não como estando vinculada a uma visão política e de filosofia da história do Brasil imperial, como também estavam as representações de outros povos igualmente usados pela literatura para fundamentar os Estados-nação, como por exemplo, os *gauchos* na Argentina (Ludmer, 2011, p. 39).

Ao mesmo tempo em que a literatura parecia deixar os indígenas de lado, nas últimas décadas do século XIX intensificou-se o incentivo à imigração europeia, caracterizada pela ação de “bugreiros”, isto é, caçadores de indígenas. Também, como aponta a tese de Ana Carolina Barbosa Pereira, foi o período de incorporação do Acre ao território brasileiro, e do estabelecimento do racismo científico como forma de se entender o Brasil.

Como veremos a seguir, *O som do rugido da onça* tensiona a passeidade desse passado (Bevernage, 2021) através do encontro de Josefa com a gravura de lã-e de autoria de Martius. Na próxima seção, tratarei de como o romance coincide com reflexões recentes do campo da teoria da história ecoam as intervenções do romance de Verunschik acerca do passado brasileiro.

Fábulas

Como dito anteriormente, em *O som do rugido da onça*, a captura desses corpos sem que ocorra completamente seu extermínio ou assimilação é representada pela personagem Josefa em sua própria história familiar:

A minha bisavó materna foi pega no laço, sabia? Tenho um tanto de sangue kaiapó em mim. Mas o fato é que todo mundo tem uma avó pega a laço no Brasil, eu, você, o porteiro lá embaixo. Eu cresci com a outra avó, mãe do meu pai, que me criou, uma colombiana turrona, que falava dessa minha ascendência sempre que alguma coisa ligada à minha índole lhe parecia maior que a sua capacidade de resolução. Era como se me dissesse que havia em mim uma força rebelde, incapaz de ser domesticada. Quando eu a escutava falar assim, parecia que o meu cabelo negro e liso ganharia vida própria, e era como se eu pudesse ver de fora de mim os meus olhos injetados de raiva e medo (Verunschik, 2021, p. 100).

Josefa aparenta não saber seu lugar em São Paulo, no mundo acadêmico ou mesmo nas relações afetivas. Seu interlocutor na citação acima é Tomás, um fotógrafo que conheceu em uma “balada latina”. Com ele, Josefa compartilha não apenas sexo, mas também o ímpeto de falar sobre sua vida de uma forma que podemos associar ao conceito de “sujeito nômade”, como proposto pela filósofa ítalo-australiana Rosi Braidotti: “uma ficção política que me permite pensar através e mover sobre categorias estabelecidas e níveis de experiência: diluindo limites sem queimar pontes” e “um tipo de consciência crítica que resiste a se acomodar em modos de pensamento e comportamento socialmente codificados” (Braidotti, 1994, p. 4).

O conceito de Braidotti parte de uma experiência europeia, a de ser uma imigrante branca na Austrália, isto é, pelos matizes da branquitude, para além das questões de gênero. Entendo que ele pode ser aplicado ao caso Josefa, que questiona o apagamento da herança indígena e mestiça de sua família através de

um disciplinamento pela via da agressão. Dessa forma, a ideia do nomadismo é um remédio à fixidez de categorias que pouco fazem por subjetividades quando as colocam na situação de objeto. Josefa é uma brasileira nômade dentro do próprio Brasil. Para ela, contudo, mesmo o movimento, a depender na direção em que é feito, encontra seus limites:

Mora há três anos na metrópole e, desde sua chegada, segue operando estratégias de apagamento da própria identidade. Não mantém contato com os amigos e familiares que deixou para trás, se educando com novos gostos, novas experiências, construindo uma desidentidade (Verunschck, 2021, p. 88).

A “desidentidade” de Josefa então esbarra em um momento de espelhamento: se enxerga no desenho feito por Martius da menina miranha na exposição que vai visitar. Isso faz com que ela se desloque para fora do Brasil, também em face ao contexto político do final da década de 2010.

A mulher se olha no espelho, procura no rosto que vê refletido um rosto que não é seu, ou que não é totalmente seu, uma conjunção de outras faces que se sobrepõem à sua. Por onde andar o seu rosto, aquele que um dia ela achou que tinha e que era o seu rosto essencial? Por que não o consegue recompor sem que seja remendado com partes de pessoas que não conheceu? O rosto da mãe que morrera no parto, o rosto da bisavó selvagem, o rosto da menina indígena que agora a acompanha. Encontrou outras gravuras dela e de seu companheiro em uma das muitas buscas que empreendeu no Google. Em uma, suas feições estão diferentes, a face mais larga, grotesca, quase simiesca, diria, ao passo que todas as imagens do menino parecem idealizadas de modo a adequá-lo ao papel do bom selvagem. A nobreza dele em oposição à brutalidade dela. Não fosse a larga faixa de tatuagem, poderia dizê-lo até europeu. Se sua tia pudesse em algum momento representar em um desenho a menina que ela fora, seria algo muito diferente daquele retrato chabouqueiro da menina do povo miranha? Em outra imagem de perfil, no entanto, o rosto da menina está tão infantil que diria não ter mais que cinco anos de idade quando fora desenhada. Ela olha a menina e é seu próprio rosto que vê (Verunschck, 2021, p. 109).

Josefa acaba indo a Munique procurar a tumba das crianças indígenas, onde a narrativa termina com a emergência de Iñe-e pairando sobre o rio Isar, embaralhando ainda mais a linearidade do enredo, já fora de quício desde seus primeiros capítulos. O processo pelo qual passa a personagem de Verunschck pode ser comparado com o que Marcia Mura Maciel empreende em sua tese de

doutorado, através da qual passa de “pesquisadora a portadora de tradições”, em uma busca de reconstrução da memória indígena em comunidades extrativistas no rio Madeira, mesmo quando desterritorializadas. Mura fala de um apagamento, inclusive em meio a sua própria família, da memória indígena, mas que ela busca reconstruir através de metáforas têxteis, como “fio de memória” e o vocábulo “mboiningã”, tradução para a noção inexistente de “escrita” no idioma wayoro, do povo wajuru, e que significa “costurar com as mãos” (Maciel, 2016, p. 15).

Na introdução de seu trabalho, Mura descreve a sensação de vivenciar presente, passado e futuro ao mesmo tempo ao tomar a Transamazônica de carro com seu marido e seus dois filhos e ver uma família de indígenas pirahã na beira da rodovia. Segundo a autora, os pirahã e os mura, antes da chegada dos brancos eram próximos, a ponto de a comunidade mura de Capanã Grande tentar se aproximar dos pirahã no presente para tentarem retomar seu idioma original. Aprender o nheengatu, para essa comunidade, aparentemente havia sido considerado insuficiente por agentes do governo e de organizações não governamentais como forma de autoafirmação indígena depois do apagamento sistemático da identidade dessas pessoas imposto pelo Estado-nacional. Mura também questiona, em sua tese, tanto as formulações de Paul Ricoeur a respeito da memória e da narrativa, quanto as de Maurice Halbwachs e Michael Pollak (Maciel, p. 25-30).

Remontando aqui ao trabalho de Ana Carolina Pereira, vemos como o tempo histórico, esse instrumento filho da associação do tempo mecânico da física ao tempo da filosofia da história hegeliana, mais tarde reconfigurada em “teoria”, não dá conta de certas experiências (Pereira, 2013, p. 21). Refiro-me aqui às de culturas outras que não a ocidental ou então as do genocídio indígena, representada em *O som do rugido da onça* não só pela morte de Iñe-e e silenciamento de sua voz, mas também pelo apagamento de Josefa de sua própria identidade. Isto é, também pode-se perceber as supressões que a disciplina histórica operou para tornar-se ciência no século XIX e que manteve ao longo do XX, seja da filosofia, seja de sua dimensão ficcional já apontadas por Hayden White, e que podem ser limitadoras ao poder explicativo da disciplina em determinados contextos (White, 1978, p. 126-127).

A despeito da apropriação pela disciplina histórica ao longo do século XX de determinados questionamentos colocados primeiro pelas ciências sociais do final do século XIX e depois pelo estruturalismo de Claude Lévi-Strauss — a mais notável delas sendo a *longue durée* de Fernand Braudel —, e por inflexões como as de Marshall Sahlins, os currículos dos cursos de licenciatura em História e a forma como ela é ensinada no Brasil dificilmente rompem com a linearidade de uma cronologia baseada em uma experiência de tempo moderna, vinculada à história científica, que desdobra a experiência em espaços coloniais como parte da história do ocidente e trata muitos sujeitos apenas como objetos ou então enquanto “suplementos” da história, como é o caso de indígenas, negros, mulheres e a população LGBTQIA+, sem perceber que essa perspectiva inviabiliza subjetividades como “a voz da menina morta” (Verunschik, 2021, p. 15) que narra parte do romance de Verunschik.

Se as violências cometidas vistas como parte da história do Brasil relatadas tendo como ponto de origem o ano de 1500, seguem ocorrendo no presente ainda que com diferentes “peles” ou “roupagens”, como atribuí-las tão somente ao passado? Como salienta Temístocles Cezar, não à toa D. Pedro II deu os títulos de Barão e depois Visconde do Porto Seguro a Varnhagen, homem que defendia que naquele lugar geográfico começava a “civilização” do Brasil (Cezar, 2007, p. 164-165). Podemos associar aqui o ato de surgimento da identidade nacional em si mesmo a uma violência como os episódios rememorados por Josefa ao longo do romance, em que meninos de sua rua a assediam sexualmente ou quando lembra de ser recriminada por sua tia ao defender uma mulher maltratada por um médico em um hospital:

[Josefa] identificou nesse episódio aquilo que era capaz de lhe roubar o sono, o retorno do olhar entre mortificado e acusatório da tia, que a culpava pelas injúrias dos meninos, por ela não se refrear diante da autoridade, um olhar que a afirmava ora como sonsa, ora como estúpida. Do que a culpava mesmo? De ser bugra demais, se bem lembrava (Verunschik, 2021, p. 26).

Essa emergência das violências coloniais aparentemente deixadas no passado, que no Brasil foram recalçadas sob a noção de “democracia racial” na busca de negar a existência do racismo no país através da categoria de

mestiçagem (Munanga, 1999, p. 79), estão presentes no questionamento à temporalidade ocidental colocada pelo conjunto das teorias pós e decoloniais.

Maria da Glória de Oliveira tensiona ainda mais essa questão quando aponta a prodigalidade da disciplina histórica em “domesticar” seus outros — como a avó e tia de Josefa buscaram fazer com ela na infância —, dando-lhes visibilidade, ainda assim colocando-os na situação de objetos. Ao tentar estabelecer formas de reparação em relação a eventos traumáticos, apelar às instituições vinculadas aos Estados-nacionais ou então diante dos impasses de uma dívida impagável, Oliveira ainda afirma que a disciplina muitas vezes esbarra apenas no reconhecimento das alteridades, no que, com base em Mario Rufer, a autora chama de “armadilha da visibilidade” ou então promove o que Michel-Rolph Trouillot chamou de “cronologia dos silêncios” da historiografia, sem conseguir lograr nada além do adiamento disso que chamamos “decolonial” (Oliveira, 2022, p. 73-74).

Para a autora, a solução seria politizar o tempo para chegar a outros futuros possíveis, como faz o romance de Verunschik ao embaralhar a narração entre diversas vozes — uma narradora onisciente, Iñe-e, a onça Tipau uu e excertos de diferentes textos de época —, para além de variados tempos e regimes de realidade, entre o relato tradicional da ficção realista e a cosmogonia indígena.

Parte do pacto de leitura que implica reconhecer a história possível de Iñe-e que nos oferece Verunschik exige romper com as partilhas do ocidente entre racional e irracional, natureza e cultura, humano e não-humano, ciência e magia, mesmo dentro da economia interna mais ou menos aberta do romance. Digo mais ou menos porque, apesar de, frente à história, o romance enquanto gênero literário ter se prestado à experimentação desde o final do século XIX, ele ainda responde a critérios de verossimilhança e, obedece, segundo Luiz Costa Lima (2010) a um “controle do imaginário”. Neste século, romances históricos como o de Verunschik são geralmente enquadrados no conceito proposto por Amy Elias (2001) de “romance metahistórico” ou “ficção metahistórica”, na definição de Linda Hutcheon (1988), pois diferentemente da prosa de ficção realista do século XIX, frente aos acontecimentos do século XXI e de demandas de diferentes grupos minoritários, ao tratar de eventos históricos, essas narrativas tensionam

justamente a possibilidade — sobretudo historiográfica — desses relatos e acabam se dobrando sobre si mesmas. Outros ainda, jogam com seu estatuto ficcional, como aponta Felipe Charbel (2020), ao abordar romances históricos contemporâneos.

Os limites que a representação que determinados eventos encontram na história disciplinada já foram objetos da provocação principalmente de Hayden White, quando alertava, em 1966, certo esgotamento da capacidade de explicação da história frente aos desenvolvimentos não apenas da ciência no século XX, mas também da própria literatura modernista (WHITE, 1978), mesmo que se esquivando das problematizações em torno da dimensão da linguagem na construção do conhecimento e da representação da realidade de Jacques Derrida, como assinalou recentemente Ethan Kleinberg (2017). Em seu último livro, *The Practical Past*, White dissocia entre o “passado histórico” criado por historiadores a partir das instituições acadêmicas e um “passado prático”, conceito do filósofo Michael Oakshott ao qual às pessoas recorrem em seu cotidiano para tomar decisões e que também estaria presente na memória reprimida, em sonhos e desejos, e que poderiam — através da ficção contemporânea — dar-se a conhecer ou mesmo, no caso de eventos traumáticos, promover um ajuste de contas (White, 2014, p. 8-9).

Algo semelhante é sugerido pela já citada Saidiya Hartman em *Lose Your Mother* e no ensaio *Venus in Two Acts*, nos quais identifica as limitações que se impõem à representação das experiências afrodiáspóricas e da escravidão através dos dispositivos que historiadores e historiadoras usam como ferramentas de trabalho: o arquivo e o patrimônio histórico. Tanto frente aos arquivos da burocracia da escravidão — nos quais chega a pensar que encontrou sua tataravó (Hartman, 2007, p. 15-16) — quanto ao visitar a fortaleza em Gana, de onde saíram boa parte dos escravizados e escravizadas rumo à América, Hartman se sente frustrada:

Eu tinha entrado no calabouço com a intenção de fazer todas as coisas bonitas que constavam na placa de mármore que constava na entrada: celebrar os mortos, lembrar da angústia dos ancestrais, e prevenir que tais crimes contra a humanidade ocorressem novamente. Eram o tipo de palavras encontradas em locais de atrocidades pelo mundo afora e, provavelmente, homens

continuariam a produzir a ocasião para palavras como aquelas. Eram palavras confiantes, que prometiam justiça, estavam associadas a fé na humanidade e isolavam o passado com orgulho efusivo. Os fatos crus venceram — era um depósito de carga humana e, sabendo o que tinha ocorrido ali não aliviava o esquecimento, significava um futuro mais brilhante ou diminuía o sofrimento dos mortos.

Como a maior parte das pessoas dispostas a cruzar o umbral de um porão de escravizados, eu queria prestar meu respeito aos mortos. Mas eu estava insegura de como fazê-lo. O peso do espaço vazio derrotou qualquer certeza no poder da memória de deter crimes futuros. Palavras como ‘esquecimento’ e ‘catástrofe’ passaram pela minha mente. No calabouço, havia vestígios mas não histórias que poderiam ressuscitar os mortos, exceto por aquelas que eu inventasse (Hartman, 2007, p. 115-116).

Creio que posso expandir, tendo ciência da particularidade das duas experiências, as propostas de Saidiya Hartman ao genocídio e ao espólio indígena. A mão de obra escravizada no Brasil, como atesta a própria venda de cativos adultos e crianças pelo tuxaua João Manoel à expedição de Spix e Martius, também era composta por essas populações. A inquietação de Verunschik enquanto escritora para narrar a história de Iñe-e remete bastante ao ímpeto criativo de Hartman no ensaio *Venus in Two Acts*. Para além disso, a autopercepção de alguém que teve de reinventar sua identidade — Saidiya foi um nome que Hartman se deu na juventude quando começou a militar — e de que sempre está “fora de lugar” é uma constante em *Lose your Mother*, seja como afrodescendente nos Estados Unidos, seja como afrodescendente estadunidense em Gana, onde ela é considerada uma “estranha”.

A definição mais universal da escravizada é a de uma estranha. Removida dos seus e de sua comunidade, exilada de seu país, desonrada e violada, a escravizada define a posição do forasteiro. Ela é a eterna ostracizada, a migrante coagida, a estrangeira, a filha envergonhada na linhagem. Ao contrário da crença popular, os africanos não vendiam seus irmãos e irmãs como escravizados. Eles vendiam estranhos: aqueles que estavam de fora da rede de parentesco e relações de clã, pessoas que não pertenciam ao seu governo, estrangeiros e bárbaros nas margens de seu país e foras-da-lei expulsos da sociedade. Para traír sua raça, você precisa primeiro se imaginar como parte de uma (Hartman, 2007, p. 5).

Para imaginar uma existência às vítimas do tráfico Atlântico fora dos registros que evidenciam sua passagem pelo mundo, Hartman propõe a noção de “fabulação crítica”, de modo a conter seu próprio impulso em escrever “um romance sentimental” (Hartman, 2008, p. 11). Se o romance de Verunschik não se

apresentasse como tal, mas sim como um trabalho de pesquisa historiográfica — o que a julgar pelo material consultado pela autora, ela não deixou de empreender —, poderíamos dizer que ela se “atreveu” a fazer o que Hartman não queria fazer, isto é: conjurar a voz de alguém inacessível, a começar pela fabulação da traição do pai de Iñe-e, um tuxaua que já traiu os seus ao se cristianizar e se colocar a serviço do opressor: “[...] pegara a doença dos brancos e [...] estava se tornando um estrangeiro em sua própria nação” (Verunschik, 2021, p. 22).

No romance de Verunschik, porque sua filha um dia desapareceu e foi encontrada junto a uma onça ainda com vida, João Manoel a considera uma traidora, num ato que pode ser interpretado como espelhamento, uma projeção: “[...] aquilo dizia que a filha, por haver se ajuntado em pacto com a inimiga, mesmo sem ter de fato ciência do que havia de fato acontecido, era agora inimiga como a onça” (Verunschik, 2021, p. 18). A onça, por sua vez, que acolhe a pequena Iñe-e, lambe-a como a um filhote e fala com ela, diz que deseja matar Martius, o homem branco que ousa entrar em seu território, e que escreve e reescreve a história tanto de sua expedição quanto a do país que ajudou a configurar narrativamente. Na fabulação da narradora de *O som do rugido da onça*, Martius escreve ciente dos crimes que cometeu.

O papel suporta qualquer coisa que se deseje. Martius sabe. Suporta o desenho e o poema, o sonho de liberdade e o medo, a cobrança e o pagamento da dívida. A palavra escrita permanece, eis no que acredita, e por sua permanência está convicto de que ela se confirma como superior à voz, que se dissipa, que se perde tão logo é proferida. É preciso ter, portanto, cautela com o que se escreve. Medir cada palavra, encontrar as vestes que lhe cabem com exatidão, corrigir, reescrever, remendar as falhas. Então, Martius escreve primeiro para suplantar a limitação da memória, a evaporação da voz, depois pela obrigação com o rei e principalmente para se convencer e convencer aos outros. Como se não tivesse ido ao porto dos Miranhas negociar pessoas em desacordo com Spix, ele documenta o seu desejo de verdade (Verunschik, 2021, p. 32).

Não parece ser gratuita aqui a remissão à “vontade de verdade” de Michel Foucault, considerando o papel que essa pulsão exerce para o estabelecimento do que o filósofo francês chamará de “discurso”. Como descrito em seu texto clássico de 1962, do filósofo francês (Foucault, 1996), o Martius fictício de Verunschik, “[...] esquece o que escreveu. Ou não esquece, mas quer esquecer.

Deliberadamente, rasura. E a rasura também é um método” (Verunschik, 2021, p. 32), ou seja, interdita, rejeita, julga e classifica, sobretudo os atos dos indígenas entre os quais se aloja, que o perturbam:

Fiquei persuadido de que esses selvagens não tinham ideia alguma do Deus bondoso, pai e criador de todas as coisas; que somente domina nos seus destinos um ente mau, transformando-se em cada fatalidade, caprichoso e implacável, ao qual se sujeitam em cego e inconsciente medo. A alma desses homens primitivos decaídos não é imortal; ela apenas se manifesta na existência, não conscientemente, e só a fome e a sede lhes lembram as necessidades da vida (Verunschik, 2021, p. 34-35).

Em contrapartida, Martius e Spix fazem uso científico dos corpos desses indígenas quando disponíveis para tal. Do menino juri, quando falecido, dissecam o corpo, lhe tiram uma máscara mortuária e mergulham sua cabeça embalsamada em formol, um item a mais para sua coleção científica. Como os animais capturados pelos bávaros, aos olhos de Iñe-e seu companheiro também é *desencantando*.

A voz — registro efêmero contra o qual escreve Martius — é um dos pontos centrais da narrativa do romance de Verunschik, no qual animais encantados e humanos falam e têm intenções na mesma medida. A narradora, contudo, demonstra o cuidado de saber, como já mencionado, que está “emprestando” sua voz e sua língua a Iñe-e, longe simplesmente de tentar recriá-la ou emulá-la como os indianistas brasileiros do século XIX. Como o chamado do artigo de Maria da Glória de Oliveira anteriormente citado, percebo que esse romance politiza o tempo, fazendo Iñe-e vingar-se de Martius já transformada em onça, fora de um plano temporal e espacial dentro de uma narrativa realista, revelando as verdades que ele tentou esconder, um ocultamento perpetuado por muitos historiadores depois dele.

Uma mudança de autopercepção e de ética, não só em relação àqueles sobre os quais escrevemos, mas também a seres como Tipai uu.

Considerações finais

Usei a palavra “desencantamentos” no título deste artigo porque é assim que a narradora diz que Iñe-e, protagonista do romance aqui analisado, percebe

o procedimento de ver animais mortos e depois empalhados pelos naturalistas que a levaram à Europa. Como a tradição de romances críticos à ciência emergente desde as primeiras décadas do século XIX, em *O som do rugido da onça*, os “cientistas” também se convertem em monstros, também aparentam fazer ou, no caso, desfazer a mágica. Assim como nesses romances, Verunschik usa a cosmogonia indígena para explorar os limites entre as ideias de magia, crença e o rigor e método científico que veio a caracterizar o saber produzido dentro das instituições de ensino superior.

Apesar do divórcio entre a chamada ciência histórica e a história natural entre o século XVIII e o século XIX, ao meu ver, todo historiador ainda é um pouco taxidermista ou se depara como algo parecido a espécimes em museus nos arquivos. Como afirma Arlette Farge: “em geral, o arquivo não pinta os homens por inteiro; ele os arrebatava de sua vida cotidiana, cristaliza-os em algumas queixas, ou em denegações lamentáveis, espetados como borboletas de asas vibrantes, mesmo quando são anuentes” (Farge, 2009, p. 32). Se o próprio arquivo tem uma dimensão ficcional, como nos aponta Natalie Zemon Davies (1990), então propostas como as de Saidiya Hartman embora pareçam bagunçar com certos aspectos da disciplina não deveriam causar espécie ou mesmo remontar a outros espectros.

Por conta do estatuto fugidio da disciplina, volta e meia a História ou produz espécimes que vêm a desencantar aqueles que os buscam para explicar o passado, ou os próprios historiadores acabam por se desencantar com seu fazer. Desde a chamada “crise do historicismo”, no limiar do século XX, seus praticantes “devoram” — como sugeriu Ana Carolina Barbosa, inspirada na leitura de Valéria Campos Salvaterra, de Derrida — métodos e proposições teóricas de áreas adjacentes para melhor representar o passado a que buscam “dar vida”, sabendo que apesar desses esforços, nada do que “empalharem” ficará de pé por muito tempo.

Referências

- ALENCAR, José Martiniano. **Cartas sobre a Confederação dos Tamoyos**. Rio de Janeiro: Garnier, 1856.
- AVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 87, p. 161-184, 2021.
- BALDRAIA SOUSA, Fernando Santos. **Time Between Spaces and the Recent Slavery Historiography in Brazil**. 2017. Tese (Doutorado em Estudos Culturais) – Departamento de Estudos Culturais da Universidade Livre de Berlim, Universidade Livre de Berlim, Berlim, 2017.
- BIANCHI, Guilherme. Arquivo histórico e diferença indígena: repensando os outros na imaginação histórica ocidental. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 264-296, 2019.
- BRAIDOTTI, Rosi. **Nomadic subjects: embodiment and sexual difference in contemporary feminist theory**. Nova York: Columbia University Press, 1994.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 159-207, 2007.
- CHARBEL, Felipe. As novas fisionomias do romance histórico. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 13, n. 32, p. 19-46, 2020.
- ELIAS, Amy. **Sublime desire: history and post 1960s fiction**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001.
- ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.
- FARGE, Arlette. **O gosto do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.
- FERRAZ, Eduardo; SOUZA, Francisco Gouveia. Racismo e arquivo: questões para a teoria da história. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 81-99, 2023.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. **História, ciências, saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702000000300008>. Acesso em: 11 maio 2025.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Historiografia e nação no Brasil - 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERj, 2011.

HARTMAN, Saidiya. **Lose your mother: a journey through the Atlantic slave route**. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2007.

HARTMAN, Saidiya. Venus in Two Acts. **Small Axe**, Bloomington, v. 12, n. 2, p. 1-14, 2008.

HARTOG, François. **Antigos, modernos, selvagens**. Rio de Janeiro: FGV, 2021.

HUTCHEON, Linda. **A poetics of postmodernism: history, theory, fiction**. Nova York: Routledge, 1988.

KLEINBERG, Ethan. **Haunting history: for a deconstructive approach to the past**. Stanford: Stanford University Press, 2017. *E-book*.

KOSELLECK, Reinhart. A configuração do moderno conceito de história. *In*: KOSELLECK, Reinhart *et al.* **O conceito de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 119-184.

LEE, Yoo Sun. A divided inheritance: Scott's antiquarian novel and the British nation. **ELH**, Baltimore, v. 64, n. 2, p. 537-567, 1997.

LUDMER, Josefina. **El género gauchesco: un tratado sobre la patria**. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2011.

MACIEL, Marcia Nunes. **Tecendo tradições indígenas**. 2016. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. *In*: GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado (ed.). **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. p. 62-91.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade” en Lander, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 35-54.

MIGNOLO, Walter. **The darker side of Western modernity: global futures, decolonial options**. Durham: Duke University Press, 2011.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Beatriz. Por uma história do homem negro. *In*: RATTTS, Alex (ed.). **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Instituto Kuanza: Imprensa Oficial, 2006. p. 93-98.

Os tempos e os “desencantamentos” da história: uma análise do romance *O som do rugido da onça* (2021), de Micheliny Verunschck
Renata Dal Sasso Freitas

NAVES, Rodrigo. **A forma difícil**: ensaios sobre a arte brasileira. São Paulo: Editora Ática, 1996.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Quando será o decolonial? Colonialidade, reparação histórica e politização do tempo. **Caminhos Da História**, Montes Claros, v. 27, n. 2, p. 58-78, 2022.

PEREIRA, Allan Kardec. Escritas insubmissas: indisciplinando a História com Hortense Spillers e Saidiya Hartman. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 14, n. 36, p. 481-508, 2021.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. **Na transversal do tempo**: natureza e cultura à prova da história. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar do *lugar epistêmico* na teoria da história. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88-114, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/2175180310242018088>.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Redimensionando: uma forma de “leitura crítica” aplicada à *Historik* de Jörn Rüsen. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 16, n. 4, p. 1-28, 2023.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos & SCHMIDT, Benito Bisso. O professor universitário de história é um professor? Reflexões sobre a docência de teoria e metodologia da história e historiografia no ensino superior. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 21, n. 2, p. 169-178, 2017.

SCHÖNITZER, Klaus. From the New to the Old World: two indigenous children brought back to Germany by Johann Baptist von Spix and Carl Friedrich Philipp Martius. **Journal Fünf Kontinente**, Munique, v. 1, p. 79-105, 2015.

VERUNSCHCK, Micheliny. **O som do rugido da onça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

WHITE, Hayden. **Tropics of discourse**: essays in cultural criticism. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1978.

WHITE, Hayden. **The practical past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014.

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em História - PPGH
Revista Tempo e Argumento
Volume 17 - Número 45 - Ano 2025
tempoeargumento.faed@udesc.br